

Protocolo nº 33902.514876/2016-08

Data: 5/9/2016

Hora: 17:27

Assinatura: 

Nota Técnica nº 007/GGDIN/DIGES

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2016.

À DIGES

Processo Administrativo: 33902.494434/2016-20

Assunto: Recurso Administrativo

Interessado: Rodrigo Rodrigues de Aguiar

I – INTRODUÇÃO

1. Trata-se de processo que versa sobre requerimento de inscrição em curso de pós-graduação – Executive MBA em Gestão de Negócios, por parte do servidor Rodrigo Rodrigues de Aguiar.

2. A solicitação original do servidor foi protocolizada fora do prazo previsto na IS nº 12/2009. Além disso, o pedido não atendia aos requisitos necessários à concessão, motivo pelo qual foi devolvida a documentação ao solicitante por meio do memorando nº 211/2016/CCADE/GGDIN/DIGES (fls. 06/07).

3. Diante disso, o servidor ingressou com recurso para que a Diretoria Colegiada se manifestasse sobre o assunto, visando alterar a decisão da área técnica.

II. ANÁLISE

4. Tendo em vista as razões já expostas na análise da área competente (CCADE/GGDIN/DIRAD/DIGES), torna-se desnecessária a repetição de toda a argumentação.

5. Cumpre apenas reforçar, primeiramente, que não foi atendido o prazo estabelecido na Instrução de Serviço – IS nº 12/2009, para o recebimento da solicitação de inscrição pela Coordenadoria de Carreira e Desenvolvimento - CCADE. Cursos com data de início em agosto deverão ser encaminhados à CCADE até o dia 28 de fevereiro. O requerimento de inscrição do servidor foi encaminhado em 31/05/2016.

6. Os prazos estabelecidos no normativo consideram todos os trâmites envolvidos para a autorização e contratação do curso por inexigibilidade de licitação que compreendem, de forma resumida: análise da solicitação e elaboração de nota técnica pela CCADE, homologação pelo Comitê Técnico Consultivo de Pós-Graduação, Aprovação da Diretoria de Gestão, análise de Disponibilidade Orçamentária, Verificação de Regularidade da Instituição, Análise e Parecer da Procuradoria Geral da ANS quanto à inexigibilidade de licitação, Aprovação da Contratação, Ratificação da Contratação pelo Diretor Presidente da ANS, Publicação da Contratação no Diário Oficial, Emissão da Nota de Empenho e por fim Matrícula na instituição.

7. Constata-se, portanto, que o processo de contratação de um curso pressupõe a atuação de diversas unidades da ANS. A DIGES vem atuando para observar o cumprimento dos prazos dos normativos, a fim de que a viabilização das atividades necessárias à efetivação da contratação de eventos de capacitação não prejudique as demais atividades desenvolvidas pelos setores envolvidos (CCADE, Comitê de Pós-Graduação, GECOL, GEFIN, PROGE, PRESI).

8. A não observância dos prazos vem prejudicando o andamento de outros processos nas unidades envolvidas, tendo em vista a criação de novas demandas não planejadas e urgentes nos setores, que acabam por interferir na rotina administrativa. Isso pode refletir no atraso de outras entregas de projetos que são cobrados pelas demais diretorias. Em data recente, os servidores Washington Pereira da Cunha e Katia Audi tiveram suas solicitações devolvidas para cumprimento dos prazos.

9. A Diretoria de Gestão vem se esforçando para trazer mais racionalidade nos fluxos internos, revisando-os para que possam ser diminuídos, permitindo assim que os servidores tenham suas solicitações atendidas, uma vez que em alguns casos os prazos de oferecimentos dos cursos são exíguos, mas sem perder de vista a obediência as regras vigentes.

10. Portanto, é necessário o apoio de todas as demais unidades da ANS, para que compreendam que a organização dos trabalhos trará ganhos para todas as diretorias, aumentando a isonomia e transparência nessa tarefa.

11. Quanto ao caso concreto, além de o prazo não ter sido obedecido, deve ser observada a questão exposta na resposta da área técnica. Verifica-se que o servidor ingressou na ANS em 02 de dezembro de 2013 e, portanto, encontra-se em estágio probatório no cargo

de especialista em regulação até o dia 02 de dezembro de 2016. Recente entendimento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Nota Técnica nº 16/2015/CGNOR/DENOP/SEGE/MP, de 30 de março de 2015, determina que (1) a participação em eventos de capacitação de longa duração, dentre os quais se incluem os cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, deverá ser concedida somente aos servidores públicos estáveis no cargo público que ocupam; (2) a participação em eventos de capacitação dos servidores em estágio probatório deverá ser restrita aos eventos de curta duração por terem aplicabilidade imediata à qualificação do servidor para o exercício das atividades do seu respectivo cargo, cabendo aqui o registro que na reunião da Diretoria Colegiada de 29.08.2016 o servidor teve atendida pela DIGES o requerimento no Programa de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, que será realizado em Brasília, com uma etapa internacional nos Estados Unidos da América, com carga horária total de 104 horas. Em que pese também ter sido requerido fora do prazo, houve um esforço da área técnica em atender o requerimento, apesar do impacto negativo acima relatado, o que demonstra que o estágio probatório é o principal óbice apontado pela área técnica.

12. Destaca-se que o referido documento não excetua os servidores em estágio probatório que ocupam cargos comissionados. Ademais, no ano de 2015, dois requerimentos de inscrição em curso de pós-graduação de servidores em estágio probatório foram devolvidos pelo mesmo motivo: Iara Maria Maciel Riça e José Candido Monteiro Barbosa, ambos ocupantes do cargo de Analista Administrativo.

13. Informa-se também que a ANS vem seguindo as orientações da Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sobre assuntos relacionados à gestão de pessoas conforme fundamento trazido pelo art. 17, da Lei nº 7.923/89:

Art. 17. Os assuntos relativos ao pessoal civil do poder Executivo, na Administração Direta, nas autarquias, incluídas as em regime especial, e nas fundações públicas, são da competência privativa dos Órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, observada a orientação normativa do Órgão Central do Sistema, revogadas quaisquer disposições em contrário, inclusive as de leis especiais.

Parágrafo único. A orientação geral firmada pelo Órgão Central do SIPEC tem caráter normativo, respeitada a competência da Consultoria-Geral da República e da Consultoria Jurídica da SEPLAN.

14. Acrescente-se, ainda, que o artigo 7º, inciso II, alínea “c” da Resolução Administrativa nº 11, de 17 de abril de 2006, prevê restrição expressa quanto à realização de cursos de longa duração por ocupantes de cargo de nível médio.

15. O solicitante adquiriu estabilidade no cargo de técnico administrativo e, caso reprovado no estágio probatório no cargo de especialista em regulação, estaria impedido de fazer o curso.

16. Não obstante todos os argumentos já apresentados, quanto à vedação relativa aos ocupantes de cargos de nível médio, entendo que a realidade atual da ANS, quanto ao desempenho de funções por parte de técnicos administrativos e técnicos em regulação, merece novo enfoque, inclusive pela constatação de que esses servidores ocupam funções de confiança. Podemos destacar diversos servidores que ocupam cargos de nível médio com excelente desempenho profissional.

17. Dessa forma, a proposta que se traz no momento é no sentido de que, independente do indeferimento do presente recurso, seja reanalisada pela área técnica a vedação contida na RA 11/06. Tal medida por ser feita com a retomada do processo nº 33902.220313/2014-81, no qual foi proposta revisão do normativo de pós-graduação da ANS.

18. Tal reavaliação deve ser feita de maneira ampla, com atenção às atribuições dos cargos e disponibilidade de recursos humanos da Agência como um todo, para que os ocupantes de cargos de nível médio de nosso corpo técnico possam ser desenvolvidos por meio de cursos de longa duração.

19. Além disso, conforme contato telefônico efetuado com a instituição e ensino (11 31646616), unidade IBMEC Online, cabe destacar que o curso de pós-graduação a distância pleiteado pelo servidor possui programação modular e, por essa razão, pode ser iniciado a partir da oferta de cada módulo. Segundo previsão da instituição de ensino, esse curso poderá ser iniciado em fevereiro de 2017, período posterior ao encerramento do estágio probatório do servidor. Assim, resta claro que o indeferimento do pedido não prejudicará o pleiteante, bem como o desempenho das atribuições do seu cargo, visto que apenas terá que aguardar um exíguo período até que conclua o estágio probatório e possa iniciar o curso. Em adição, esse exíguo período de sobrestamento também será necessário para que a futura contratada efetue o seu cadastramento no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - requisito obrigatório para dar andamento à contratação -, uma vez que o CNPJ

nº 04.298.309/0022-95, informado pelo servidor no seu requerimento de inscrição (fl. 12), não está cadastrado nesse sistema, impedindo a contratação.

20. Por fim, cumpre informar que, no caso concreto, eventual superação do indeferimento feito pela CCADE obrigaria a devolução dos autos para análise do pedido quanto aos aspectos contidos no parágrafo único do artigo 14 da IS nº 12/09 que não constaram da primeira avaliação, para posterior encaminhamento ao Comitê, conforme trâmite previsto na mesma Instrução de Serviço.

III. CONCLUSÃO

21. Por todo o exposto, conclui-se que o pedido do servidor:

- não atende aos requisitos temporais previstos na IS nº 12/09;
- contém vedação expressa na RA 11/06;
- está em desacordo com orientação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- suprimiria a instância de análise do Comitê, que avalia e homologa para deliberação da Diretoria de Gestão (art. 18, I da IS 12/09).
- acarretaria numa desigualdade em relação ao requerimento de outros servidores que vêm sendo negados pela falta da estabilidade no cargo que ocupam;
- além da sobrecarga de trabalho nas diversas unidades que precisariam analisar o caso em regime de urgência.


22. Diante da vinculação da ANS, na qualidade de Órgão Seccional do SIPEC, às orientações do Órgão Central, o que nos impede de não observar o entendimento esposado na Nota Técnica nº 16/2015/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, bem como pelos outros argumentos expostos, apresentamos nesta Nota a posição técnica da Diretoria de Gestão para subsidiar a apreciação da DICOL, já que o recurso do servidor Rodrigo Rodrigues de Aguiar foi direcionado a esse Colegiado.



Augusto Meira Homrich

Gerente Geral de Desenvolvimento Institucional Substituto

De acordo, encaminhe-se à Diretoria de Gestão.


Wladimir Ventura de Souza
Diretor Adjunto de Gestão


De acordo, encaminhe-se à Diretoria Colegiada, para apreciação do recurso.

Cumpre informar que, em relação ao questionamento contido no memorando nº 1153/2016/DIRAD/DIFIS (fls. 42), o item que havia sido pautado na última reunião de Diretoria Colegiada (450ª.) foi retirado por mim, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Gestão, tendo em vista a necessidade de providências determinadas para a realização da presente Nota Técnica.

Em que pese a área técnica ter encaminhado a solicitação de recurso do solicitante para inclusão em pauta, avaliei a necessidade de elaborar a Nota Técnica para pautar o item, o que se alongou em virtude de providência relativa à reavaliação da vedação contida na Resolução Administrativa para cargos de nível médio, que entendi necessária antes de levar o caso à DICOL, para esgotar todas as possibilidades, objetivando enquadramento factível para deferimento do pedido.

Sendo assim, por equívoco, o item constou na pauta quando deveria ter sido retirado. Vale ressaltar, no entanto, que não houve qualquer prejuízo com a adiamento desta manifestação por uma reunião.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2016.


José Carlos de Souza Abrahão
Diretora de Gestão